



CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTOS  
DE RENDA, PREVENIR E COMBATER A EVASÃO FISCAL E SOBRE MATÉRIAS  
ADUANEIRAS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai  
(doravante designados "Estados Contratantes"),

Com o objetivo de

Estreitar suas relações mediante estímulo a investimentos, e intensificar  
os fluxos bilaterais de comércio e a cooperação;

Estabelecer mecanismos de fiscalização conjunta para prevenir e  
combater o contrabando, o descaminho e a falsificação de produtos fumageiros;

Disciplinar o funcionamento e a localização dos Depósitos Francos,

Acordam o seguinte:

**OBJETO DA CONVENÇÃO**

Constituir um regime para evitar a dupla tributação em matéria de  
impostos sobre a renda e para prevenir e combater a evasão fiscal; conceder  
reciprocamente o regime aduaneiro de Depósito Franco e desenvolver esforços para  
a prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho e à falsificação de produtos  
fumageiros, doravante denominado "Convenção Tributário-Aduaneira"

## TÍTULO I

### Das Disposições para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e Prevenir e Combater a Evasão Fiscal

## CAPÍTULO I

### Âmbito de Aplicação da Convenção

#### ARTIGO 1

##### Pessoas Abrangidas

As disposições do presente Título aplicam-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

#### ARTIGO 2

##### Impostos Abrangidos

1. Os impostos atuais aos quais se aplicam as disposições do presente Título são:

a) no caso do Brasil:

- o imposto federal sobre a renda (doravante denominado "imposto brasileiro");

b) no caso do Paraguai:

- o Imposto sobre as Rendias de Atividades Comerciais, Industriais ou de Serviços, o Imposto sobre as Rendias das Atividades Agropecuárias, o Imposto Adicional à Renda sobre Dividendos, "Royalties" e Juros remetidos ao exterior e o Tributo Único (doravante denominad "impuesto paraguaio).

2. As disposições do presente Título aplicar-se-ão também a quaisquer impostos de natureza idêntica ou substancialmente similares aos referidos no parágrafo 1 do presente Artigo que forem introduzidos após a data da assinatura desta Convenção, seja em adição ou em substituição aos impostos já mencionados. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão as modificações ocorridas nas respectivas legislações fiscais.

## CAPÍTULO II

### Definições

#### ARTIGO 3

#### Definições Gerais

1. Para os fins do presente Título, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

- a) o termo "Brasil" significa a República Federativa do Brasil;
- b) o termo "Paraguai" significa a República do Paraguai;
- c) o termo "nacional" significa:
  - I - toda pessoa natural que possua a nacionalidade de um Estado Contratante;
  - II - toda pessoa jurídica constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;
- d) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" significam o Brasil e o Paraguai, de acordo com o contexto;
- e) o termo "pessoa" compreende as pessoas naturais e as pessoas jurídicas;
- f) o termo "pessoa jurídica" designa qualquer empresa, sociedade de pessoas ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;
- g) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) a expressão "tráfego internacional" designa todo transporte efetuado por um navio ou uma aeronave ou um veículo de transporte terrestre explorados por uma pessoa jurídica cuja administração efetiva tem sede em um Estado Contratante, exceto quando tal navio ou aeronave forem explorados somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;
- i) o termo "imposto" significa, de acordo com o contexto, o imposto brasileiro ou o imposto paraguaio. No entanto, para os efeitos do Artigo 26, o termo "os impostos" se refere, também, aos demais impostos vigentes no momento da assinatura da presente Convenção e os que forem estabelecidos no futuro;

j) a expressão "autoridade competente" significa:

I - no Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

II - no Paraguai: o Ministro da Fazenda, o Subsecretário de Estado de Tributação ou seus representantes autorizados.

2. No que se refere à aplicação do presente Título, em um dado momento, por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído naquele momento pela legislação desse Estado relativa aos impostos a que este Título se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal, na definição dos respectivos efeitos tributários, sobre a que decorra de outra legislação deste Estado.

#### ARTIGO 4 Domicílio Fiscal

1. Para efeito do presente Título, a expressão "residente de um Estado Contratante" significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está sujeita a imposto em razão de seu domicílio, de sua residência, de sua sede de administração, de seu lugar de constituição ou de qualquer outro critério de natureza similar, e inclui tanto esse Estado quanto qualquer de suas subdivisões políticas.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

- a) será considerada como residente apenas no Estado em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente no Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e econômicas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas no Estado em que permanecer habitualmente;
- c) se essa pessoa permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas no Estado de que for nacional;
- d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa natural, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas no Estado em que estiver situada a sua sede de administração efetiva.

## ARTIGO 5 Estabelecimento Permanente

1. Para os fins do presente Título, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa por meio da qual uma pessoa jurídica exerça toda ou parte de suas atividades.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende especialmente:

- a) sede de administração;
- b) sucursal;
- c) escritório;
- d) fábrica;
- e) oficina;
- f) mina, poço de petróleo ou de gás, pedreira ou qualquer outro local de exploração ou exploração de recursos naturais.

3. A expressão "estabelecimento permanente" também inclui canteiro de obra, construção, instalação ou montagem que perdurem por um período superior a seis meses.

Para os fins do cálculo dos limites temporais a que se refere o presente parágrafo, as atividades realizadas por uma pessoa jurídica associada com outra no sentido do Artigo 9 (Pessoas Jurídicas Associadas), serão agregadas ao período durante o qual se realizam as atividades pela pessoa jurídica da qual é associada, se as atividades de ambas as pessoas jurídicas estão relacionadas entre si.

4. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, considera-se que a expressão "estabelecimento permanente" não abrange:

- a) as instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes a pessoa jurídica;
- b) depósito de bens ou mercadorias pertencentes a pessoa jurídica unicamente para armazenar, expor ou entregar;

- c) depósito de bens ou mercadorias pertencentes a pessoa jurídica unicamente para serem transformados por outra;
- d) instalação mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para pessoa jurídica;
- e) instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para pessoa jurídica, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

5. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 6 - atue por conta de pessoa jurídica e tenha e exerça habitualmente num Estado Contratante, poderes para concluir contratos em nome de pessoa jurídica, considerar-se-á que tal pessoa jurídica dispõe de um estabelecimento permanente nesse Estado relativamente às atividades que essa pessoa desenvolva para pessoa jurídica, a menos que tais atividades se limitem às mencionadas no parágrafo 4, as quais, se exercidas por intermédio de uma instalação fixa de negócios, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo.

6. Não se considerará que pessoa jurídica de um Estado Contratante tenha estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer a sua atividade por intermédio de corretor, de comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades.

7. O fato de uma pessoa jurídica domiciliada em um Estado Contratante controlar ou ser controlada por outra domiciliada no outro Estado Contratante, ou desenvolver atividades empresariais nesse outro Estado, quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo, não é, por si só, suficiente para fazer de quaisquer dessas pessoas jurídicas um estabelecimento permanente da outra.

### CAPÍTULO III

#### Tributação dos Rendimentos

#### ARTIGO 6

##### Rendimentos Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imóveis (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas e florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Para os fins do presente Título, a expressão "bens imóveis" terá o significado que lhe é atribuído pela legislação do Estado Contratante em que os bens estiverem situados. Tal expressão compreende, em qualquer caso, os bens acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado

relativas à propriedade de bens raízes ou imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos fixos ou variáveis como contraprestação pela exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais. Os navios, embarcações, aeronaves e veículos de transporte terrestre não são considerados bens imóveis.

3. As disposições do parágrafo 1 aplicam-se aos rendimentos derivados da exploração direta, da locação ou do arrendamento, bem como de qualquer outra forma de exploração de bens imóveis.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imóveis de uma empresa.

## ARTIGO 7

### Lucros das Pessoas Jurídicas

1. Os lucros de uma pessoa jurídica de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a pessoa jurídica desenvolva ou tenha desenvolvido sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a pessoa jurídica desenvolver sua atividade desse modo, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma pessoa jurídica de um Estado Contratante desenvolver sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se tivesse constituído uma pessoa jurídica distinta e separada, que desenvolvesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a pessoa jurídica de que é um estabelecimento permanente.

3. Para determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas efetivamente realizadas que tiverem sido feitas para a consecução dos fins desse estabelecimento permanente, incluídas as despesas e os encargos gerais de administração realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de que compre bens ou mercadorias para a pessoa jurídica.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

## ARTIGO 8

### Transporte Terrestre, Fluvial, Lacustre, Marítimo e Aéreo

1. Os lucros provenientes da exploração de veículos de transporte terrestre, navios, embarcações ou aeronaves no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de administração efetiva da pessoa jurídica. No entanto, se a sede não estiver situada em nenhum dos Estados Contratantes, esses lucros serão tributáveis apenas no Estado Contratante de que a pessoa jurídica for residente.
2. Esses lucros incluem também os rendimentos provenientes do uso, manutenção ou aluguel de contêineres (reboques, barcaças e equipamentos vinculados para o transporte de contêineres, inclusive) utilizados para o transporte internacional de bens ou mercadorias, se tal rendimento é acessório aos lucros referidos no parágrafo anterior.
3. Se a sede de administração efetiva de uma pessoa jurídica de transporte marítimo, fluvial ou lacustre se situar a bordo de um navio ou embarcação, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio ou embarcação, ou na ausência de tal porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que explora o navio ou a embarcação.
4. As disposições do parágrafo 1 também serão aplicáveis aos lucros provenientes da participação em um "pool", em um consórcio, em uma exploração em comum, em uma associação ou agência internacional de exploração, mas somente na medida que tais lucros sejam atribuíveis à referida participação.

## ARTIGO 9

### Pessoas Jurídicas Associadas

Será considerada pessoa jurídica associada quando:

- a) uma pessoa jurídica de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma pessoa jurídica do outro Estado Contratante, ou
- b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma pessoa jurídica de um Estado Contratante e de uma pessoa jurídica do outro Estado Contratante.

Em ambos os casos, quando as duas pessoas jurídicas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre pessoas jurídicas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das pessoas jurídicas, mas não o foram em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa pessoa jurídica e, conseqüentemente, tributados.

## ARTIGO 10 Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma pessoa jurídica residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
2. No entanto, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que resida a pessoa jurídica que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder dez por cento do montante bruto dos dividendos.
3. Este parágrafo não afetará a tributação da pessoa jurídica com referência aos lucros que derem origem ao pagamento dos dividendos.
4. O termo "dividendos" usado no presente Artigo designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de pessoas jurídicas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção dos de crédito, bem assim os rendimentos de outras participações societárias sujeitas ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação do Estado em que a pessoa jurídica que os distribui é residente.
5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, desenvolver, no outro Estado Contratante de que é residente a pessoa jurídica que paga os dividendos, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente. Neste caso, serão aplicáveis as disposições do Artigo 7.
6. Quando uma pessoa jurídica residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela pessoa jurídica, exceto na medida que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente situado nesse outro Estado, nem reter nenhum imposto a título de tributação dos lucros não distribuídos da sociedade, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.
7. Quando um residente de um Estado Contratante mantiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto distinto do imposto que afeta os lucros do estabelecimento permanente de acordo com a legislação desse Estado. No entanto, esse imposto distinto do imposto sobre os lucros não poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo 2 do presente Artigo.

8. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de ações ou outros direitos em relação aos quais os dividendos são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

## ARTIGO 11

### Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder quinze por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou a qualquer agência (instituições financeiras, inclusive) de propriedade exclusiva daquele Governo ou subdivisão política, estão isentos de imposto no primeiro Estado Contratante, a menos que a eles se aplique a alínea "b";

b) os juros da dívida pública, obrigações, títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, por uma de suas subdivisões políticas ou qualquer agência (instituições financeiras, inclusive) de propriedade exclusiva desse Governo ou dessa subdivisão política só são tributáveis nesse Estado.

4. O termo "juros" usado no presente Artigo designa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantias hipotecárias ou de cláusulas de participação nos lucros do devedor, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou debêntures, bem assim quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, desenvolver, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e o crédito gerador dos juros estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Neste caso, aplicam-se as disposições do Artigo 7.

6. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma pessoa jurídica do outro Estado Contratante situado em um Estado não Contratante.

7. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos juros, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, considerando o crédito pelo qual são devidos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições do presente Título.

9. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição do crédito em relação ao qual os juros são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

## ARTIGO 12

### Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. No entanto, esses "royalties" podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos "royalties" for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder quinze por cento do montante bruto dos "royalties".

3. O termo "royalties", empregado neste Artigo, designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de notícias, de direitos de autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas (filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou de radiodifusão, inclusive), de patentes, marcas de indústria ou comércio, desenhos ou modelos, planos, fórmulas ou processos secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de equipamentos industriais, comerciais ou científicos e por informações relativas a experiências adquiridas no setor industrial, comercial ou científico.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, desenvolver, no outro Estado Contratante de que provêm os "royalties", uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, e o bem ou o direito gerador dos "royalties" estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7.

5. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos "royalties", residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses "royalties", estes serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos "royalties", ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties", tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições do presente Título.

7. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de direitos em relação aos quais os "royalties" são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

### ARTIGO 13 Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imóveis, conforme referidos no Artigo 6, situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que fazem parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma pessoa jurídica de um Estado Contratante possui no outro Estado Contratante, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da pessoa jurídica) podem ser tributados nesse outro Estado. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de veículos de transporte terrestre, navios, embarcações ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens móveis alocados à exploração de tais veículos de transporte terrestre, navios, embarcações ou aeronaves serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de administração efetiva da pessoa jurídica.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens ou direitos diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

#### ARTIGO 14

##### Serviços Profissionais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades de caráter independente são tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que tais remunerações sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente aí situado. Nesse caso, os rendimentos podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "serviços profissionais" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem assim as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

#### ARTIGO 15

##### Serviços Profissionais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18, 19 e 20, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações recebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente são tributáveis no primeiro Estado mencionado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses que comece ou termine durante o ano fiscal considerado; e
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente que o empregador possua no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio, uma embarcação ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de administração efetiva da pessoa jurídica.

#### ARTIGO 16

##### Remunerações de Conselheiros ou Diretores

As remunerações, "jetons" de presença e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro da diretoria ou de um conselho de administração ou fiscal de uma pessoa jurídica residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

#### ARTIGO 17

##### Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de artista de espetáculo, tal como ator de teatro, cinema, rádio ou televisão ou músico, ou como desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, quando os rendimentos de atividades pessoais exercidas por um profissional de espetáculo ou um desportista, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculo ou desportista, mas a outra pessoa, estes rendimentos podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculo ou do desportista.

3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam aos rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas se a visita a esse Estado é custeada majoritariamente por fundos públicos do outro Estado Contratante ou de uma de suas subdivisões políticas ou por qualquer entidade controlada pelo governo. Em tais casos os rendimentos somente são tributados no Estado do qual o profissional de espetáculo ou o desportista é um residente.

#### ARTIGO 18

##### Pensões e Anuidades

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares, bem assim as anuidades pagas a um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego anterior, podem ser tributadas nesse Estado.

2. No entanto, tais pensões, anuidades e outras remunerações similares podem também ser tributadas no outro Estado Contratante se o pagamento correspondente é efetuado por um residente desse outro Estado ou por um estabelecimento permanente nele situado.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2, as pensões e outros pagamentos efetuados em virtude de um programa oficial que integre o sistema da Previdência Social de um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas, são tributáveis somente nesse Estado.

4. No presente Artigo:

- a) a expressão "pensões" designa pagamentos periódicos efetuados após a aposentadoria em razão de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de tal emprego;
- b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, quer a título vitalício quer por período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

#### ARTIGO 19 Funções Públicas

1. As remunerações, excluídas as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas a uma pessoa física ou natural, por serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão política, são tributáveis somente nesse Estado.

No entanto, essas remunerações são tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado e se a pessoa física ou natural for um residente desse outro Estado Contratante que:

- a) - possua a nacionalidade desse Estado; ou
- b) - não se tenha tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas, quer diretamente, quer por intermédio de fundos por eles constituídos, a uma pessoa natural beneficiária, em razão de serviços prestados a esse Estado Contratante ou a essa subdivisão política, são tributáveis somente nesse Estado.

No entanto, tais pensões são tributáveis somente no outro Estado Contratante se a pessoa natural for residente e nacional desse outro Estado Contratante.

Aplica-se o disposto nos Artigos 15, 16 e 18 às remunerações e às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas.

#### ARTIGO 20

##### Professores e Pesquisadores

Uma pessoa natural que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado mencionado ou de uma universidade ou estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural desse primeiro Estado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos, com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de imposto nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que o pagamento de tal remuneração provenha de fora desse Estado.

#### ARTIGO 21

##### Estudantes e Estagiários

1. As importâncias que um estudante ou estagiário que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado apenas com o único fim de aí prosseguir seus estudos ou sua formação, receber para fazer face às despesas com a sua manutenção, educação ou treinamento, não serão tributadas nesse Estado, desde que esses pagamentos provenham de fontes situadas fora desse Estado.

2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de emprego não abrangidas pelo parágrafo 1, o estudante ou estagiário de que trata o parágrafo 1, durante o período desses estudos ou dessa formação, terá, ademais, o direito de beneficiar-se das mesmas isenções, abatimentos ou reduções, em relação aos impostos, concedidos aos residentes do Estado que estiver visitando.

#### ARTIGO 22

##### Outros Rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos Artigos anteriores do presente Título podem ser tributados nesse outro Estado.

## CAPITULO IV

### Métodos para Eliminar a Dupla Tributação

#### ARTIGO 23

##### Método de Crédito

1. Quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições do presente Título, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, o Estado mencionado em primeiro lugar deduzirá do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado.

No entanto, tal dedução não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis nesse outro Estado obtidos no Estado Contratante de que o beneficiário seja residente.

2. Para os fins do parágrafo 1 do presente Artigo, e observadas as condições e as restrições, de natureza setorial, inclusive, estabelecidas na legislação brasileira específica, bem assim os limites relativos ao crédito do imposto pago no exterior, o Brasil admitirá a dedução de qualquer imposto que seja devido em relação aos ganhos e dividendos pagos pelo estabelecimento permanente ou pessoa jurídica residente no Paraguai à pessoa jurídica residente no Brasil e que poderiam ser tributados no Paraguai em virtude do presente Título e das disposições gerais da legislação paraguaia, quando tais rendimentos estiverem temporariamente isentos de imposto em razão das disposições legais especiais destinadas a favorecer os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia paraguaia.

## CAPITULO V

### Disposições Especiais

#### ARTIGO 24

##### Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente, diversa ou mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma pessoa jurídica de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será determinada de modo menos favorável nesse outro Estado do que a das pessoas jurídicas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não pode ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. As pessoas jurídicas de um Estado Contratante cujo capital seja total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diversa ou mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras pessoas jurídicas similares do primeiro Estado, cujo capital pertença ou seja, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

4. As disposições do presente Artigo serão aplicáveis somente aos impostos referidos no Artigo 2 do presente Título.

5. Nada do estabelecido no presente Artigo será interpretado no sentido de impedir um dos Estados Contratantes de aplicar um imposto como o descrito no parágrafo 6 do Artigo 10.

#### ARTIGO 25 Procedimento Amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por qualquer dos Estados Contratantes implicam para o residente uma tributação em desacordo com as disposições do presente Título, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter seu caso à consideração da autoridade competente do Estado Contratante onde residir.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, diligenciará para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com o presente Título.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes diligenciarão, mediante acordo amigável, para resolver as dificuldades ou para dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação do presente Título.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

#### ARTIGO 26 Troca de Informações e Assistência Mútua

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições do presente Título, ou as do direito interno dos Estados Contratantes relativas aos impostos compreendidos no

Artigo 2 desta Convenção, na medida que a tributação nelas prevista não seja contrária às do presente Título, assim como para aplicar a legislação relativa aos demais impostos estabelecidos pelos Estados Contratantes. A troca de informações não será limitada pelo disposto no Artigo 1 (Pessoas Abrangidas). As informações recebidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e somente serão comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo órgãos e tribunais administrativos ou judiciais) encarregadas da administração ou cobrança dos impostos abrangidos por este Título, dos procedimentos declaratórios ou executivos relativos a esses impostos, da decisão de recursos referentes ao lançamento, à cobrança desses impostos ou referentes a infrações ou delitos tributários. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado contratante a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado contratante;
- b) de fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado contratante;
- c) de transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 deste Artigo, a autoridade competente do Estado Contratante requerido deverá, observadas as limitações constitucionais e legais e a reciprocidade de tratamento, obter e prover informações que possuam as instituições financeiras, mandatários ou pessoas que atuem como representantes, agentes ou fiduciários. Com relação a participações societárias ou a participações em sociedades de capital, a autoridade competente deverá obter e prover informações inclusive sobre ações ao portador. Se a informação for requerida por um Estado Contratante nos termos deste Artigo, o outro Estado Contratante obterá essa informação da mesma maneira e na mesma amplitude como se o imposto do primeiro Estado mencionado fosse o imposto desse outro Estado e como se estivesse sendo exigido por esse outro Estado, não obstante não ter o outro Estado, a qualquer momento, necessidade dessas informações para fins de seu próprio imposto. Se especificamente requerido pela autoridade competente de um Estado Contratante, a autoridade competente do outro Estado Contratante fornecerá a informação nos termos deste Artigo na forma de depoimentos de testemunhas e de cópias autenticadas de documentos originais inéditos (incluindo livros, informes, declarações, registros contábeis e anotações) com a mesma amplitude com que esses depoimentos e documentos possam ser obtidos nos termos estabelecidos pelas leis e práticas administrativas desse outro Estado.

4. Independentemente de prévia solicitação, a autoridade competente de cada um dos Estados Contratantes proporcionará, anualmente, as informações disponíveis à autoridade competente do outro Estado Contratante:

- a) relativamente aos lucros obtidos em seu território por pessoas jurídicas ou estabelecimentos permanentes desse outro Estado ao Estado Contratante no qual esteja domiciliada a sede ou a pessoa jurídica vinculada;
- b) relativamente aos lucros declarados por pessoas jurídicas domiciliadas no primeiro Estado referente a operações desenvolvidas no outro Estado por pessoas jurídicas vinculadas ou estabelecimentos permanentes;
- c) relativamente a qualquer outro tipo de informações que acordem trocar.

5. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar os representantes do Estado Contratante requerente a terem acesso ao primeiro Estado mencionado, para os fins de presenciarem, na condição de observadores, a inquirição de pessoas e o exame de livros e registros que sejam realizados pelo Estado requerido.

6. Não obstante o disposto no parágrafo 5 do presente Artigo, no caso do parágrafo 2 do Artigo 23 a autoridade competente do Estado Contratante requerido autorizará os representantes do Estado Contratante requerente a terem acesso ao primeiro Estado mencionado, para os fins de presenciarem, na condição de observadores, a inquirição de pessoas e o exame de livros e registros que sejam realizados pelo Estado requerido.

7. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar, com o consentimento das pessoas submetidas a ações de fiscalização, os representantes do Estado Contratante requerente a terem acesso ao Estado requerido para o fim de inquirir pessoas e examinar livros e registros.

8. Não obstante o disposto no parágrafo 7 do presente Artigo, no caso do parágrafo 2 do Artigo 23 a autoridade competente do Estado Contratante requerido autorizará, dispensado o consentimento das pessoas submetidas a ações de fiscalização, os representantes do Estado Contratante requerente a terem acesso ao Estado requerido para o fim de inquirir pessoas e examinar livros e registros em forma conjunta com os representantes deste último Estado.

9. Os Estados Contratantes se consultarão a fim de determinar os casos e procedimentos para a fiscalização simultânea de impostos. Entende-se por fiscalização simultânea, para os fins deste Título, um acordo entre os dois Estados Contratantes para fiscalizar simultaneamente, cada um em seu território, a situação tributária de uma pessoa ou pessoas que possuam interesses comuns ou vinculados, a fim de trocarem as informações relevantes que obtenham.

10. Os governos dos Estados Contratantes se comprometem, na forma que dispuserem Protocolos específicos, a prestar entre si toda a cooperação técnica necessária para o constante aperfeiçoamento da administração fiscal.

11. Os gastos decorrentes da aplicação das disposições deste Artigo serão suportados pelo Estado Contratante requerido. Não obstante, os gastos pela participação de peritos, testemunhas, intérpretes e tradutores serão pagos pelo Estado Contratante requerente, com prévio acordo do montante.

#### ARTIGO 27

##### Membros de Missões Diplomáticas e de Repartições Consulares

As disposições do presente Título não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem membros de missões diplomáticas ou de repartições consulares, seja em virtude de regras gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

### TÍTULO II

#### Das Disposições sobre Depósitos Francos

#### ARTIGO 28

Os Estados Contratantes comprometem-se, reciprocamente, a conceder o regime aduaneiro de Depósito Franco em seus respectivos territórios.

#### ARTIGO 29

1. Depósito Franco é o regime aduaneiro destinado ao recebimento, armazenamento, distribuição e expedição de mercadorias provenientes ou originárias dos territórios dos Estados Contratantes ou a eles destinadas, sejam originárias ou provenientes de terceiros países, as quais, para efeitos aduaneiros, serão consideradas em regime suspensivo de impostos.

2. As mercadorias submetidas e as operações realizadas sob o regime de Depósito Franco estarão isentas do pagamento de tributos, com exceção das taxas por serviços prestados. A isenção prevista neste parágrafo aplicar-se-á, inclusive, ao Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante, com expressa remissão de créditos tributários, constituídos ou não, relativamente à referida Contribuição.

#### ARTIGO 30

O regime aduaneiro de Depósito Franco poderá ser operado em qualquer recinto, próprio ou não, de zona secundária aduaneira ou de zona primária aduaneira, de qualquer porto ou aeroporto do território dos Estados Contratantes. A concessão

do regime e sua operação em determinado recinto será realizada por ato da autoridade aduaneira competente do Estado outorgante e comunicada ao Estado outorgado por via diplomática.

### ARTIGO 31

1. Serão admitidas no regime aduaneiro de Depósito Franco as mercadorias de exportação e as mercadorias importadas que se destinem ao abastecimento interno e à comercialização, assim como as matérias-primas e outros insumos destinados à industrialização, ao processamento ou ao emprego em atividades agrícolas e pecuárias do Estado beneficiário do referido regime aduaneiro.

2. Quando se trate de mercadorias que não sejam destinadas à industrialização, ao processamento ou ao emprego em atividades agrícolas e pecuárias, o Estado outorgante do regime aduaneiro de Depósito Franco, de comum acordo com o Estado outorgado e após consultas prévias bilaterais que não excederão o prazo de trinta dias, estabelecerá restrições com relação a determinadas mercadorias para sua admissão no referido regime aduaneiro e/ou à concessão do regime de trânsito aduaneiro.

3. Não serão admitidas no regime aduaneiro de Depósito Franco, nem serão objeto de concessão do regime de trânsito aduaneiro, as mercadorias falsificadas, consideradas como tais pela legislação interna ou comunitária vigente no território dos Estados Contratantes.

4. Não serão também admitidas no regime aduaneiro de Depósito Franco, nem serão objeto de concessão de regime de trânsito aduaneiro:

a) os explosivos e os inflamáveis;

b) as mercadorias classificadas nas posições 22.03 a 22.08 e nos Capítulos 24 e 93 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL;

c) as mercadorias cuja importação estiver proibida ou suspensa no Estado importador;

d) as mercadorias que, por solicitação das autoridades aduaneiras do Estado importador, não devam ser objeto de concessão dos referidos regimes;

e) as cargas com falsa declaração de conteúdo;

f) as mercadorias atentatórias à ordem e à saúde públicas e aos bons costumes.

5. Para os fins deste Artigo e de seus parágrafos, as autoridades aduaneiras do Estado concedente dos regimes aduaneiros de Depósito Franco e/ou trânsito aduaneiro poderão submeter as respectivas cargas, objeto de importação ou de exportação, a verificação física para comprovação do conteúdo declarado, segundo critérios de seletividade e análise de risco. Em caso de falsa declaração de conteúdo ou de inadmissibilidade nos referidos regimes aduaneiros, as mercadorias serão obrigatoriamente reembarcadas ao país de procedência.

6. Os importadores, os exportadores, os transportadores, os agentes de transportes e os agentes de transporte multimodal considerados como não idôneos, de conformidade com procedimento administrativo regular, pela autoridade aduaneira de qualquer dos Estados Contratantes, não poderão utilizar os regimes aduaneiros de Depósito Franco e de trânsito aduaneiro de que trata a presente Convenção.

#### ARTIGO 32

Os Governos dos Estados Contratantes, por meio de suas autoridades portuárias, aeroportuárias ou outras competentes, poderão manter nos recintos onde será operado o regime aduaneiro de Depósito Franco, um ou mais delegados, os quais representarão os proprietários das mercadorias ali recebidas e armazenadas em suas relações com as autoridades aduaneiras do Estado concedente do regime, com a administração do porto ou aeroporto, com os depositários, com os transportadores e com o comércio em geral, para a subdivisão, reacondicionamento, embarque, expedição ou venda para o mercado interno e a terceiros países, das mercadorias submetidas ao regime aduaneiro de Depósito Franco.

#### ARTIGO 33

1. O transporte de mercadorias submetidas ao regime de Depósito Franco será realizado por meio do regime de trânsito aduaneiro.

2. Para fins de concessão do regime de trânsito aduaneiro e para resguardar os interesses fiscais, as mercadorias, importadas ou exportadas por qualquer dos Estados Contratantes, poderão ser submetidas à análise da declaração de valor pela autoridade aduaneira do Estado concedente deste regime aduaneiro.

#### ARTIGO 34

A fiscalização e o controle das mercadorias submetidas aos regimes especiais de Depósito Franco e de trânsito aduaneiro ficarão a cargo das autoridades aduaneiras dos respectivos Estados Contratantes.

#### ARTIGO 35

A responsabilidade pelos tributos suspensos relativos às mercadorias submetidas ao regime aduaneiro de Depósito Franco fica atribuída aos depositários e, em caso de trânsito aduaneiro, aos transportadores, em conformidade com a legislação comunitária e interna dos Estados Contratantes.

#### ARTIGO 36

Os Governos dos Estados Contratantes regulamentarão a utilização do regime aduaneiro de Depósito Franco e o trânsito aduaneiro através de seus territórios, de modo a serem resguardadas as necessárias cautelas fiscais e atendidas as disposições legais que regulam o intercâmbio comercial com o exterior. Do mesmo modo, regulamentarão as operativas e facilidades portuárias, inclusive em relação aos Depósitos Francos referidos no Artigo 37.

#### ARTIGO 37

Os Depósitos Francos concedidos reciprocamente pelos Estados Contratantes, nos portos de Santos e Paranaguá no Brasil, e Concepción no Paraguai, passam a reger-se pelas disposições da presente Convenção.

### TÍTULO III

Das Disposições sobre a Prevenção e Repressão ao Contrabando, ao Descaminho e à Falsificação de Produtos Derivados de Fumo

#### ARTIGO 38

As autoridades aduaneiras e aquelas consideradas pelos Estados Contratantes como competentes empreenderão ações conjuntas de fiscalização e o intercâmbio de informações tendentes à prevenção, investigação e repressão do contrabando, do descaminho e da falsificação de cigarros e outros derivados de fumo,

materiais e insumos utilizados para sua fabricação, em consonância com o Artigo 11 do Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações de Aduanas do MERCOSUL relativo à Prevenção e Luta contra Ilícitos Aduaneiros, aprovado pela Decisão Nº 1/97 do Conselho do Mercado Comum.

#### ARTIGO 39

Mediante requerimento de qualquer dos Estados Contratantes, as autoridades do Estado requerente estarão autorizadas a realizar ações de fiscalização consideradas necessárias para a prevenção, investigação e repressão dos ilícitos mencionados no Artigo anterior e a investigar eventuais repercussões destas atividades ilícitas na economia e na arrecadação de tributos de qualquer dos Estados Contratantes.

#### ARTIGO 40

As ações de fiscalização previstas nos Artigos 38 e 39 serão realizadas conjuntamente com as autoridades competentes do Estado requerido e de conformidade com os procedimentos estabelecidos por este e por sua legislação.

#### ARTIGO 41

O Estado requerido proverá as autoridades fiscais do Estado requerente de todas as garantias para a plena realização de seus trabalhos, inclusive, se necessário for, do auxílio de força policial, de modo a oferecer a maior segurança possível às autoridades de ambas os Estados.

### TÍTULO IV Das Disposições Finais

#### ARTIGO 42 Entrada em Vigor

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Brasília o mais breve possível.
2. A presente Convenção entrará em vigor a partir da troca dos instrumentos de ratificação e suas disposições se aplicarão:
  - a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, aos rendimentos pagos, remetidos ou creditados no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;

- b) no que concerne às outras modalidades de impostos sobre a renda de que trata a presente Convenção, aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;
- c) no que concerne aos demais impostos referidos no inciso “i”, do parágrafo 1 do Artigo 3 e no parágrafo 1 do Artigo 26 da presente Convenção aos fatos geradores que ocorram no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor; e
- d) no que concerne aos Artigos 28 a 41, na data do intercâmbio dos instrumentos de ratificação.

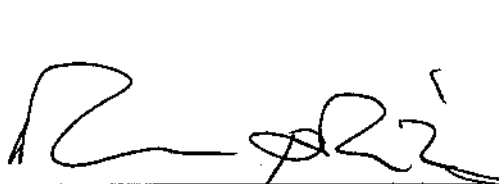
#### ARTIGO 43 Denúncia

Qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar esta Convenção a partir do quinto ano-calendário a contar da data de sua entrada em vigor, mediante aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante por meio dos canais diplomáticos, desde que tal aviso seja dado o mais tardar no trigésimo dia de junho de qualquer ano-calendário. Neste caso, a Convenção não mais se aplicará:

- a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, aos rendimentos pagos remetidos ou creditados no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado;
- b) no que concerne às outras modalidades de impostos sobre a renda de que trata a presente Convenção, aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado;
- c) no que concerne aos demais impostos referidos no inciso “i” do parágrafo 1 do Artigo 3 e no parágrafo 1 do Artigo 26 da presente Convenção, aos fatos geradores que ocorram no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado; e
- d) no que concerne aos Artigos 28 a 41, um ano depois que o aviso de denúncia tenha sido dado.

Em testemunho do que os signatários, devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção Tributário-Aduaneira.

Feito em Brasília, aos vinte dias do mês de setembro de 2000, em duplicata nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das  
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DO PARAGUAI  
Juan Esteban Aguirre Martinez  
Ministro das Relações Exteriores

## PROTOCOLO

No momento da assinatura da presente Convenção Tributário-Aduaneira, os signatários, para tanto devidamente autorizados, convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção.

### **1. Com referência ao artigo 2, parágrafo 1, "a"**

Nos impostos abrangidos no artigo 2, parágrafo 1, "a" está compreendida a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), criada pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

### **2. Com referência ao artigo 10, parágrafos 2 e 6, ao artigo 11, parágrafo 2, e ao artigo 12, parágrafo 2.**

Os benefícios da presente estabelecidos no artigo 10, parágrafos 2 e 6, no artigo 11, parágrafo 2, e no artigo 12, parágrafo 2, não são aplicáveis se o titular dos rendimentos correspondentes a ditos artigos é residente de um Estado Contratante que não os tributa ou tenha uma alíquota máxima de tributação sobre a renda inferior a vinte por cento em virtude de sua legislação interna.

### **3. Com referência ao artigo 11, parágrafos 3, letra "a", e 4**

As disposições do parágrafo 3, "a", do artigo 11 se aplicam somente aos juros recebidos por uma instituição (inclusive as de caráter financeiro) de propriedade total do Governo do Estado Contratante ou de uma de suas subdivisões políticas em consequência do exercício de funções de natureza pública e quando essa instituição seja a beneficiária efetiva dos juros.

Para os fins do parágrafo 4 do artigo 11, os juros pagos como "remuneração sobre o capital próprio" segundo a legislação fiscal brasileira também são considerados juros.

### **4. Com referência ao artigo 12, parágrafo 3**

As disposições do parágrafo 3 do artigo 12 se aplicam aos rendimentos provenientes da prestação de serviços e de assistência técnica.

### **5. Com referência ao artigo 23, parágrafo 2**

A dedução de que trata o parágrafo 2 do artigo 23 só será admitida no Brasil quando os ganhos pelos quais os lucros ou dividendos são pagos provêm diretamente de atividades manufatureiras (com exceção da manufatura de cigarros e bebidas em geral, inclusive seus concentrados) agrícolas, florestais ou pesqueiras desde que tais atividades ocorram no Paraguai e se enquadrem nas disposições da legislação brasileira específica. Também serão excetuados da dedução supra todos os setores correspondentes aos que já recebem benefícios fiscais no Brasil. O disposto no parágrafo 2 do artigo 23 apenas será aplicável nos primeiros dez anos contados a partir da data em que as disposições da presente Convenção se apliquem.

**6. Com referência ao artigo 12 e ao artigo 24**

- a) As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties" mencionados no parágrafo 3 do artigo 12, pagos por um estabelecimento permanente situado no Brasil a um residente do Paraguai que desenvolve atividades empresariais no Brasil por intermédio desse estabelecimento permanente, sejam dedutíveis no momento da determinação da renda tributável do referido estabelecimento permanente, não serão consideradas discriminatórias nos termos do artigo 24 da presente Convenção.
- b) As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties" mencionados no parágrafo 3 do artigo 12, pagos por uma pessoa jurídica residente do Brasil a um residente do Paraguai que possua ao menos cinquenta por cento do capital com direito a voto dessa pessoa jurídica e derivadas de contratos assinados, averbados no "Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI" e registrados no "Banco Central do Brasil" antes de 1º de janeiro de 1992, sejam dedutíveis no momento de se determinar a renda tributável da pessoa jurídica residente no Brasil não são consideradas discriminatórias nos termos do artigo 24 da presente Convenção.

**7. Com referência ao artigo 26, parágrafo 1, e ao artigo 3, parágrafo 1, letra "i"**

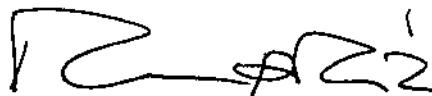
No caso do Brasil, o termo "impostos" refere-se somente ao impostos da competência da "União Federal".

**8. Com referência ao artigo 26, parágrafo 8**

Será dispensada a forma conjunta se os representantes do Estado requerido não forem designados no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da autorização da fiscalização pela autoridade competente.

Em testemunho do que os signatários, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Brasília, aos 20 dias de setembro de 2000, em duplicata, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das  
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DO PARAGUAI

Juan Esteban Aguirre Martinez  
Ministro das Relações Exteriores

**CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICION EN MATERIA DE  
IMPUESTOS SOBRE LA RENTA,  
PREVENIR Y COMBATIR LA EVASION FISCAL  
Y SOBRE MATERIAS ADUANERAS ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
DEL PARAGUAY Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL**

El Gobierno de la República del Paraguay

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil  
(en adelante denominados "Estados Contratantes")

A los efectos de

Estrechar sus relaciones por medio del estímulo a inversiones, e intensificar los flujos bilaterales de comercio y cooperación;

Establecer mecanismos de fiscalización conjunta para prevenir y combatir el contrabando, el descamiño y la falsificación de productos del tabaco;

**Regular el funcionamiento y la localización de los Depósitos  
Francos,**

Acuerdan lo siguiente:

**OBJETO DEL CONVENIO**

Constituir un régimen para evitar la doble imposición en materia de impuestos sobre la renta y para prevenir y combatir la evasión tributaria, concederse mutuamente el régimen aduanero de Depósito Franco y desarrollar esfuerzos para la prevención y la represión del contrabando y la falsificación de productos del tabaco, bajo la denominación de "Convenio Tributario-Aduanero".

**TITULO I**

**DE LAS DISPOSICIONES PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICION EN MATERIA  
DE IMPUESTOS SOBRE LA RENTA Y PARA PREVENIR Y COMBATIR LA  
EVASION TRIBUTARIA**

**CAPITULO I  
AMBITO DE APLICACIÓN DEL CONVENIO**

**Artículo 1  
PERSONAS COMPRENDIDAS**

Las disposiciones del presente Titulo se aplican a las personas residentes de uno o de ambos Estados Contratantes.

## **Artículo 2**

### **IMPUESTOS COMPRENDIDOS**

1. Los impuestos actuales a los cuales se aplican las disposiciones del presente Título el Convenio son:
  - a) en el caso de Brasil:
    - el Impuesto Federal sobre la Renta (en adelante denominado "impuesto brasileño").
  - b) en el caso del Paraguay:
    - el Impuesto a las Rentas de Actividades Comerciales, Industriales o de Servicios, el Impuesto a las Rentas de las Actividades Agropecuarias, el Impuesto Adicional a la Renta sobre Dividendos, Regalías e Intereses remesados al exterior y el Tributo Único (en adelante denominados "impuesto paraguayo").
2. Las disposiciones del presente Título se aplicarán igualmente a los impuestos de naturaleza idéntica o substancialmente análogos a los indicados en el párrafo 1 del presente Artículo que fueran introducidos después de la firma de este Convenio, ya sea que se añadan a los arriba mencionados o les sustituyan. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes se comunicarán las modificaciones ocurridas en sus respectivas legislaciones impositivas.

## **CAPITULO II**

### **DEFINICIONES**

## **Artículo 3**

### **DEFINICIONES GENERALES**

1. A los efectos del presente Título, a menos que de su contexto se infiera una interpretación diferente:
  - a) el término "Brasil" significa la República Federativa del Brasil;
  - b) el término "Paraguay" significa la República del Paraguay;
  - c) el término "nacional" significa:
    - I. toda persona física o natural que posea la nacionalidad de un Estado Contratante;
    - II. toda persona jurídica, sociedad de personas o asociación constituida conforme a la legislación vigente en un Estado Contratante;
  - d) las expresiones "un Estado Contratante" y "el otro Estado Contratante" significan Brasil o Paraguay, según lo requiera el contexto;
  - e) el término "persona" comprende las personas físicas o naturales, las sociedades y cualquier otra agrupación de personas;
  - f) El término "sociedad" significa cualquier persona jurídica o cualquier entidad que se considere persona jurídica a los efectos impositivos;
  - g) las expresiones "empresa de un Estado Contratante" y "empresa del otro Estado Contratante" significan, respectivamente, una empresa explotada por un residente de un Estado Contratante y una empresa explotada por un residente del otro Estado Contratante;
  - h) la expresión "tráfico internacional" significa todo transporte efectuado por un navío, embarcación, aeronave o vehículo de transporte terrestre explotados por una empresa cuya sede de dirección efectiva esté situada

- en un Estado Contratante, salvo cuando ese transporte se efectúe únicamente entre puntos situados en el otro Estado Contratante;
- i) el término "impuesto" significa, de acuerdo con el contexto, el impuesto brasileño o el impuesto paraguayo. Sin embargo, a los efectos del Artículo 26, el término "los impuestos", se refiere también a los demás impuestos vigentes en el momento de la firma del presente Convenio y los que se establezcan en el futuro;
  - j) la expresión "autoridad competente" significa:
    - ♦ en el Brasil: el Ministro de Hacienda, el Secretario de la Receita Federal o sus representantes autorizados;
    - ♦ en el Paraguay: el Ministro de Hacienda, el Subsecretario de Estado de Tributación o sus representantes autorizados.
2. Para la aplicación del presente Título en un momento dado por un Estado Contratante, cualquier término o expresión no definidos en el mismo tendrán, a menos que de su contexto se infiera una interpretación diferente, el significado que en ese tiempo le fuera atribuido por la legislación de ese Estado relativa a los impuestos que son objeto de este Título, prevaleciendo los efectos atribuidos a ese término o expresión por el derecho tributario de ese Estado sobre el significado que le atribuyan las demás ramas del derecho de ese Estado.

#### **Artículo 4** **DOMICILIO FISCAL**

1. A los efectos del presente Título, la expresión "residente de un Estado Contratante" significa toda persona que, en virtud de la legislación de ese Estado, esté sujeta a imposición en ese Estado, en razón de su domicilio, residencia, sede de dirección, lugar de constitución o de cualquier otro criterio de naturaleza análoga, e incluye tanto a ese Estado como a cualquiera de sus subdivisiones políticas.
2. Cuando, en virtud de las disposiciones del párrafo 1, una persona física o natural sea residente de ambos Estados Contratantes, su situación se determinará de la siguiente manera:
  - a) dicha persona será considerada residente solamente del Estado donde tenga una vivienda permanente a su disposición; si tuviera una vivienda permanente a su disposición en ambos Estados, se considerará residente del Estado con el que mantenga relaciones personales y económicas más estrechas (centro de intereses vitales);
  - b) si no pudiera determinarse el Estado en el que dicha persona tiene el centro de sus intereses vitales, o si no tuviera una vivienda permanente a su disposición en ninguno de los Estados, se considerará residente solamente del Estado Contratante donde viva habitualmente;
  - c) si viviera habitualmente en ambos Estados, o no lo hiciera en ninguno de ellos, se considerará residente solamente del Estado del que sea nacional;
  - d) si fuera nacional de ambos Estados, o no lo fuera de ninguno de ellos, las autoridades competentes de los Estados Contratantes resolverán el caso de común acuerdo.

3. Cuando, en virtud de las disposiciones del párrafo 1, una persona, que no sea una persona física o natural, sea residente de ambos Estados Contratantes, se considerará residente solamente del Estado en el que tenga su sede de dirección efectiva.

## **Artículo 5**

### **ESTABLECIMIENTO PERMANENTE**

1. A los efectos del presente Título, la expresión "establecimiento permanente" significa un lugar fijo de negocios mediante el cual una empresa realiza toda o parte de sus actividades.
2. La expresión "establecimiento permanente" comprende especialmente:
  - a) una sede de dirección;
  - b) una sucursal;
  - c) una oficina;
  - d) una fábrica;
  - e) un taller;
  - f) una mina, un pozo de petróleo o de gas, una cantera o cualquier otro lugar de exploración o explotación de recursos naturales.
3. La expresión "establecimiento permanente" también incluye una obra de construcción, instalación o montaje que tenga una duración superior a seis meses.

A los efectos del cálculo de los límites temporales a que se refiere el presente párrafo, las actividades realizadas por una empresa asociada con otra empresa en sentido del Artículo 9 (Empresas Asociadas), serán agregadas al período durante el cual son realizadas las actividades por la empresa de la que es asociada, si las actividades de ambas empresas están conectadas entre sí.
4. No obstante, las disposiciones anteriores de este Artículo, se considera que la expresión "establecimiento permanente" no incluye:
  - a) la utilización de instalaciones con el único fin de almacenar, exponer, o entregar bienes o mercancías pertenecientes a la empresa;
  - b) el mantenimiento de un depósito de bienes o mercancías pertenecientes a la empresa con el único fin de almacenarlas, exponerlas o entregarlas;
  - c) el mantenimiento de un depósito de bienes o mercancías pertenecientes a la empresa con el único fin de que sean transformadas por otra empresa;
  - d) el mantenimiento de un lugar fijo de negocios con el único fin de comprar bienes o mercancías o de obtener informaciones, para la empresa;
  - e) el mantenimiento de un lugar fijo de negocios con el único fin de realizar para la empresa cualquier otra actividad de carácter preparatorio o auxiliar.
5. No obstante lo dispuesto en los párrafos 1 y 2 de este Artículo, cuando una persona -distinta de un agente independiente al que será aplicable el párrafo 6- actúe por cuenta de una empresa y tenga y ejerza habitualmente en un Estado Contratante, poderes que la faculden para concluir contratos en nombre de la empresa, se considerará que esa empresa tiene un establecimiento permanente en ese Estado respecto de las actividades que dicha persona realice por cuenta de la empresa a menos que esas actividades se limiten a las mencionadas en el párrafo 4 y que, de haber sido ejercidas por medio de un lugar fijo de negocios, no se hubiera considerado este lugar como un establecimiento permanente, de acuerdo con las disposiciones de dicho párrafo.

6. No se considerará que una empresa de un Estado Contratante tiene un establecimiento permanente en el otro Estado Contratante por el mero hecho que realice sus actividades en ese otro estado por medio de un corredor, de un comisionista general o cualquier otro agente independiente, siempre que dichas personas actúen en el marco ordinario de su actividad.
7. El hecho de que una sociedad residente de un Estado Contratante controle o sea controlada por una sociedad residente del otro Estado Contratante, o que realice actividades empresariales en ese otro Estado, ya sea por medio de un establecimiento permanente o de otra manera, no convierte por sí solo a cualquiera de esas sociedades en establecimiento permanente de la otra.

### **CAPITULO III IMPOSICION DE LAS RENTAS**

#### **Artículo 6 RENDIMIENTOS INMOBILIARIOS**

1. Los rendimientos que un residente de un Estado Contratante obtenga de bienes inmuebles, incluidas las rentas de explotaciones agrícolas y forestales, situados en el otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. A los efectos del presente Título la expresión "bienes inmuebles" tendrá el significado que le atribuya la legislación del Estado Contratante en que los bienes estén situados. Dicha expresión comprende en todo caso los bienes accesorios a los bienes inmuebles, el ganado y el equipo utilizado en las explotaciones agrícolas y forestales, los derechos a los que sean aplicables las disposiciones de derecho privado relativas a la propiedad de bienes raíces o inmobiliarios, el usufructo de bienes inmuebles y el derecho a percibir pagos fijos o variables en contraprestación por la explotación, o la concesión de la explotación, de yacimientos minerales, fuentes y otros recursos naturales. Los buques, embarcaciones, aeronaves y vehículos de transporte terrestres no se considerarán bienes inmuebles.
3. Las disposiciones del párrafo 1 son aplicables a los rendimientos derivados de la utilización directa, el arrendamiento o aparcería, así como de cualquier otra forma de explotación de los bienes inmuebles.
4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 3 se aplican igualmente a las rentas derivadas de los bienes inmuebles de una empresa.

#### **Artículo 7 BENEFICIOS DE LAS EMPRESAS**

1. Los beneficios de una empresa de un Estado Contratante solamente pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que la empresa realice o haya realizado su actividad en el otro Estado Contratante por medio de un establecimiento permanente situado en él. Si la empresa realiza su actividad de dicha manera, sus beneficios pueden someterse a imposición en el otro Estado, pero sólo en la medida en que sean imputables a ese establecimiento permanente.

2. Sin perjuicio de las disposiciones del párrafo 3, cuando una empresa de un Estado Contratante realice su actividad en el otro Estado Contratante, por intermedio de un establecimiento permanente situado en él, en cada Estado se atribuirán a dicho establecimiento permanente los beneficios que puedan obtenerse como si fuese una empresa distinta y separada, dedicada a las mismas o similares actividades, en las mismas o similares condiciones, y negociando con total independencia con la empresa de la que es un establecimiento permanente.
3. Para la determinación de los beneficios del establecimiento permanente, se permitirá la deducción de los gastos efectivamente incurridos para los fines del establecimiento permanente, comprendidos los gastos de dirección y generales de administración para los mismos fines.
4. No se atribuirá ningún beneficio a un establecimiento permanente por el mero hecho de que éste compre bienes o mercancías para la empresa.
5. Cuando los beneficios comprendan rentas reglamentadas separadamente en otros Artículos del presente Convenio, las disposiciones de aquellos no quedarán afectadas por las del presente Artículo.

#### **Artículo 8**

#### **TRANSPORTE TERRESTRE, FLUVIAL, LACUSTRE, MARÍTIMO Y AÉREO**

1. Los beneficios procedentes de la explotación de vehículos de transporte terrestre, buques, embarcaciones o aeronaves en tráfico internacional sólo pueden someterse a imposición en el Estado Contratante en el que esté situada la sede de la dirección efectiva de la empresa. Sin embargo, si la sede de dirección efectiva no estuviera situada en ninguno de los Estados Contratantes, esos beneficios serán gravados solamente en el Estado Contratante en el que la empresa fuera residente.
2. Estos beneficios también incluyen rentas provenientes del uso, mantenimiento o alquiler de contenedores (incluidos los remolques, barcasas y equipos vinculados para el transporte de contenedores) usados para el transporte internacional de bienes o mercaderías, si esta renta es accesoria a los beneficios referidos en el párrafo precedente.
3. Si la sede de dirección efectiva de una empresa de transporte marítimo, fluvial o lacustre estuviera a bordo de un buque o embarcación, se considerará situada en el Estado Contratante donde esté el puerto de registro del buque o embarcación, o si no existiera tal puerto de registro, en el Estado Contratante del que sea residente la persona que explota el buque o la embarcación.
4. Las disposiciones del párrafo 1 son también aplicables a los beneficios procedentes de la participación en un "pool", en un consorcio, en una explotación en común, en una asociación o agencia internacional de explotación, pero solamente en la medida que tales beneficios sean imputables a la referida participación.

#### **Artículo 9**

#### **EMPRESAS ASOCIADAS**

Cuando:

- a) una empresa de un Estado Contratante participe directa o indirectamente, en la dirección, el control o el capital de una empresa del otro Estado Contratante; o,

- b) las mismas personas participen, directa o indirectamente, en la dirección, el control o el capital de una empresa de un Estado Contratante y de una empresa del otro Estado Contratante;

y, en uno y otro caso, las dos empresas estén, en sus relaciones comerciales o financieras, unidas por condiciones aceptadas o impuestas que difieren de las que serían acordadas por empresas independientes, los beneficios que habrían sido obtenidos por una de las empresas de no existir dichas condiciones, y que de hecho no se han realizado a causa de las mismas, podrán incluirse en los beneficios de esa empresa y sometidos a imposición en consecuencia.

### **Artículo 10** **DIVIDENDOS**

1. Los dividendos pagados por una sociedad residente de un Estado Contratante a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. Sin embargo, dichos dividendos pueden someterse también a imposición en el Estado Contratante en que resida la sociedad que paga los dividendos y según la legislación de ese Estado, pero si el beneficiario efectivo de los dividendos es un residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no podrá exceder del 10 (diez) por ciento del importe bruto de los dividendos.  
Este párrafo no afecta a la imposición de la sociedad respecto a los beneficios con cargo a los que se pagan los dividendos.
3. El término "dividendos" en el sentido del presente Artículo significa los rendimientos de las acciones, acciones o bonos de disfrute, las partes de minas, las partes de fundador u otros derechos, excepto los de crédito, que permitan participar en los beneficios, así como los rendimientos de otras participaciones societarias sujetas al mismo régimen fiscal que los rendimientos de las acciones por la legislación del Estado del que la sociedad que los distribuye sea residente.
4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 no son aplicables si el beneficiario efectivo de los dividendos, residente de un Estado Contratante, realiza en el otro Estado Contratante del que es residente la sociedad que paga los dividendos, una actividad empresarial a través de un establecimiento permanente situado allí y la participación que generan los dividendos, esté vinculada efectivamente a dicho establecimiento permanente. En ese caso, son aplicables las disposiciones del Artículo 7.
5. Cuando una sociedad residente de un Estado Contratante obtenga beneficios o rentas procedentes del otro Estado Contratante, ese otro Estado Contratante no podrá exigir ningún impuesto sobre los dividendos pagados por la sociedad, salvo en la medida en que esos dividendos se paguen a un residente de ese otro Estado o la participación que generan los dividendos esté efectivamente vinculada a un establecimiento permanente situado en ese otro Estado, ni someter los beneficios no distribuidos de la sociedad a un impuesto sobre los mismos, aunque los dividendos pagados o los beneficios no distribuidos consistan, total o parcialmente, en beneficios o rentas procedentes de ese otro Estado.

6. Cuando un residente de un Estado Contratante tuviera un establecimiento permanente en el otro Estado Contratante, ese establecimiento permanente puede ser sometido a un impuesto distinto del impuesto que afecta las utilidades del establecimiento permanente en ese otro Estado Contratante y de acuerdo con la legislación de ese Estado. Sin embargo, ese impuesto distinto del impuesto a las utilidades no puede exceder el límite establecido en el párrafo 2 del presente Artículo.
7. Las disposiciones de este Artículo no se aplicarán si el principal propósito o uno de los principales propósitos de cualquier persona relacionada con la creación o atribución de acciones u otros derechos en relación a los cuales los dividendos son pagados, fuera el de sacar ventajas de este Artículo mediante tal creación o atribución.

### **Artículo 11**

#### **INTERESES**

1. Los intereses provenientes de un Estado Contratante y pagados a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. Sin embargo, dichos intereses pueden someterse también a imposición en el Estado Contratante del que procedan y según la legislación de ese Estado, pero si el beneficiario efectivo de los intereses es residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no podrá exceder del 15 (quince) por ciento del importe bruto de los intereses.
3. No obstante las disposiciones de los párrafos 1 y 2:
  - a) los intereses procedentes de un Estado Contratante y pagados al Gobierno del otro Estado Contratante, a una de sus subdivisiones políticas o a cualquier agencia (inclusive instituciones financieras) de propiedad total de ese Gobierno o de una de sus subdivisiones políticas, están exentos del impuesto en el primer Estado Contratante, a no ser que a ellos se aplique el subpárrafo "b";
  - b) los intereses de la deuda pública, de los bonos u obligaciones emitidos por el Gobierno de un Estado Contratante, por una de sus subdivisiones políticas o cualquier agencia (inclusive instituciones financieras) de propiedad total de ese Gobierno o de esa subdivisión política sólo pueden someterse a imposición en ese Estado.
4. El término "intereses" en el sentido del presente Artículo significa los rendimientos de créditos de cualquier naturaleza, con o sin garantías hipotecarias o cláusulas de participación en los beneficios del deudor, y en particular los rendimientos de la deuda pública, de bonos y obligaciones, así como cualquier otro rendimiento que la legislación impositiva del Estado del cual provenga asimile a los rendimientos de las cantidades dadas en préstamo.
5. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 no son aplicables si el beneficiario efectivo de los intereses, residente de un Estado Contratante, realiza en el otro Estado Contratante, del que proceden los intereses, una actividad empresarial por medio de un establecimiento permanente situado allí, y el crédito que genera los intereses está vinculado efectivamente a dicho establecimiento permanente. En tal caso, son aplicables las disposiciones del artículo 7.

6. La limitación de la alícuota del impuesto establecida en el párrafo 2 no se aplica a los intereses procedentes de un Estado Contratante y pagados a un establecimiento permanente de una empresa del otro Estado Contratante situados en un Estado no Contratante.
7. Los intereses se consideran procedentes de un Estado Contratante cuando el deudor sea un residente de este Estado. Sin embargo, cuando el deudor de los intereses, sea o no residente de un Estado Contratante, tenga en un Estado Contratante un establecimiento permanente en relación con el cual se haya contraído la deuda por la que se pagan los intereses, y estos son soportados por el establecimiento permanente, dichos intereses se considerarán procedentes del Estado Contratante en que esté situado el establecimiento permanente.
8. Cuando, por razón de las relaciones especiales existentes entre el deudor y el beneficiario efectivo de los intereses o de las relaciones que uno y otro mantengan con terceros, el importe de los intereses pagados, habida cuenta del crédito por el que se paguen exceda del que hubieran convenido el deudor y el beneficiario efectivo en ausencia de tales relaciones, las disposiciones del presente Artículo no se aplicarán más que en este último importe. En este caso, la cuantía en exceso podrá someterse a imposición de acuerdo con la legislación de cada Estado Contratante, teniendo en cuenta las demás disposiciones del presente Título.
9. Las disposiciones de este Artículo no se aplicarán si el principal propósito o uno de los principales propósitos de cualquier persona relacionada con la creación o atribución del crédito en relación al cual los intereses se pagan fuera el de sacar ventajas de este Artículo mediante tal creación o atribución.

## **Artículo 12**

### **REGALÍAS**

1. Las regalías procedentes de un Estado Contratante y pagadas a un residente del otro Estado Contratante pueden someterse a imposición en este otro Estado.
2. Sin embargo, esas regalías pueden también someterse a imposición en el Estado Contratante del que procedan y de acuerdo con la legislación de ese Estado, pero, si el beneficiario efectivo de las regalías es un residente del otro Estado Contratante, el impuesto así exigido no podrá exceder del 15 (quince) por ciento del importe bruto de las regalías.
3. El término "regalías" en el sentido de este Artículo, significa las remuneraciones de cualquier naturaleza pagadas por el uso o por la concesión del uso de noticias, de derechos de autor sobre obras literarias, artísticas o científicas (incluidas las películas cinematográficas, películas o cintas de grabación de programas de televisión o de radiodifusión), de patentes, marcas de fábrica o de comercio, dibujos o modelos, planos, fórmulas o procedimientos secretos, así como por el uso o por la concesión de uso de equipos industriales, comerciales o científicos y por informaciones relativas a experiencias adquiridas en el sector industrial, comercial o científico.
4. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 no son aplicables cuando el beneficiario efectivo de las regalías, residente de un Estado Contratante, realiza en el Estado Contratante del que proceden las regalías una actividad empresarial por medio de un establecimiento permanente situado allí, y el bien o el derecho por el que se pagan las regalías están vinculados efectivamente a dicho

establecimiento permanente. En este caso es aplicable lo dispuesto en el Artículo 7.

5. Las regalías se consideran procedentes de un Estado Contratante cuando el deudor es un residente de ese Estado. Sin embargo, cuando el deudor de las regalías, residente o no de un Estado Contratante, tenga en ese Estado Contratante un establecimiento permanente en relación con el cual se haya contraído la obligación de pagar las regalías, y le corresponda a dicho establecimiento permanente el pago de esas regalías, éstas serán consideradas procedentes del Estado Contratante en que el establecimiento permanente esté situado.
6. Cuando por razón de las relaciones especiales existentes entre el deudor y el beneficiario efectivo de las regalías o de las relaciones que uno y otro mantengan con terceros, el importe de las regalías pagadas por el uso, derecho o información por los que se pagan, excedan del que habrían convenido el deudor y el beneficiario efectivo en ausencia de tales relaciones, las disposiciones del presente Artículo no se aplicarán más que a este último importe. En este caso, la cuantía en exceso podrá someterse a imposición de acuerdo con la legislación de cada Estado Contratante, teniendo en cuenta las demás disposiciones del presente Título.
7. Las disposiciones de este Artículo no se aplicarán si el propósito principal o uno de los principales propósitos de cualquier persona relacionada con la creación o atribución de derechos en relación a los cuales las regalías se paguen fuera el de sacar ventajas de este Artículo mediante tal creación o atribución.

### **Artículo 13** **GANANCIAS DE CAPITAL**

1. Las ganancias que un residente de un Estado Contratante obtenga de la enajenación de bienes inmuebles, tal como se definen en el Artículo 6, y situados en el otro Estado Contratante, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. Las ganancias derivadas de la enajenación de bienes muebles que formen parte del activo de un establecimiento permanente que una empresa de un Estado Contratante tenga en el otro Estado Contratante, comprendidas las ganancias derivadas de la enajenación de dicho establecimiento permanente (solo o con el conjunto de la empresa), pueden someterse a imposición en ese otro Estado. Sin embargo, las ganancias derivadas de la enajenación de vehículos de transporte terrestre, buques, embarcaciones o aeronaves explotados en tráfico internacional o de bienes muebles afectados a la explotación de dichos vehículos de transporte terrestre, buques, embarcaciones o aeronaves, solo pueden someterse a imposición en el Estado Contratante donde esté situada la sede de dirección efectiva de la empresa.
3. Las ganancias derivadas de la enajenación de cualquier otro bien o derecho distinto de los mencionados en los párrafos 1 y 2, pueden someterse a imposición en cualquiera de los Estados Contratantes.

**Artículo 14**  
**SERVICIOS PERSONALES INDEPENDIENTES**

1. Los rendimientos que un residente de un Estado Contratante obtenga de la prestación de servicios profesionales u otras actividades de carácter independiente sólo pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que las remuneraciones por dichos servicios o actividades sean soportadas por un establecimiento permanente que esté situado en el otro Estado Contratante o por un residente de ese otro Estado. En tal caso, esos rendimientos podrán someterse a imposición en ese otro Estado.
2. La expresión "servicios profesionales" comprende especialmente las actividades independientes de carácter científico, técnico, literario, artístico, educativo o pedagógico, así como las actividades independientes de médicos, abogados, ingenieros, arquitectos, odontólogos y contadores.

**Artículo 15**  
**SERVICIOS PERSONALES DEPENDIENTES**

1. Sin perjuicio de lo dispuesto en los Artículos 16, 18, 19 y 20, los salarios, sueldos y otras remuneraciones similares obtenidos por un residente de un Estado Contratante en razón de un empleo sólo pueden someterse a imposición en ese Estado, a no ser que el empleo se realice en el otro Estado Contratante. Si el empleo se realiza de esa forma, las remuneraciones derivadas del mismo, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. No obstante, las disposiciones del párrafo 1, las remuneraciones obtenidas por un residente de un Estado Contratante en razón de un empleo realizado en el otro Estado Contratante, sólo pueden someterse a imposición en el primer Estado mencionado si:
  - El beneficiario permanece en el otro Estado durante un período o períodos que no excedan, en total, de 183 días en cualquier período de doce meses que comience o termine durante el año fiscal considerado; y
  - Las remuneraciones se pagan por un empleador o en nombre de un empleador que no sea residente del otro Estado; y
  - Las remuneraciones no son soportadas por un establecimiento permanente que el empleador tenga en el otro Estado.
3. No obstante las disposiciones precedentes del presente Artículo, las remuneraciones obtenidas en razón de un empleo realizado a bordo de un buque, embarcación o aeronave explotados por una empresa de un Estado Contratante en el tráfico internacional pueden someterse a imposición en el Estado Contratante en que esté situada la sede de dirección efectiva de la empresa.

**Artículo 16**  
**REMUNERACIONES DE CONSEJEROS O DIRECTORES**

Las remuneraciones, dietas de asistencia y otras retribuciones similares que un residente de un Estado Contratante obtenga como miembro del Directorio o de un Consejo de Administración o de vigilancia de una sociedad residente del otro Estado Contratante, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

**Artículo 17**  
**ARTISTAS Y DEPORTISTAS**

1. No obstante las disposiciones de los artículos 14 y 15, las rentas que un residente de un Estado Contratante obtenga del ejercicio de sus actividades personales en el otro Estado Contratante en calidad de artista del espectáculo, tal como actor de teatro, cine, radio o televisión, músico, o como deportista, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.
2. No obstante las disposiciones de los Artículos 7, 14 y 15, cuando las rentas derivadas de las actividades personales de los artistas del espectáculo o los deportistas, en esa calidad, se atribuyen no al propio artista del espectáculo, sino a otra persona, dichas rentas pueden someterse a imposición en el Estado Contratante en que se realicen las actividades del artista del espectáculo o del deportista.
3. Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 no se aplicarán a las rentas derivadas de actividades realizadas en un Estado Contratante por artistas del espectáculo o deportistas cuya visita a ese Estado esté financiada mayoritariamente por fondos públicos del otro Estado Contratante o de una de sus subdivisiones políticas o por cualquier entidad bajo el control del Estado. En tales casos, las rentas sólo pueden someterse a imposición en el Estado del cual el artista del espectáculo o el deportista es residente.

**Artículo 18**  
**PENSIONES Y ANUALIDADES**

1. Sin perjuicio de las disposiciones del párrafo 2 del artículo 19, las pensiones y otras remuneraciones similares efectuadas en consideración a un empleo anterior y las anualidades pagadas a un residente de un Estado Contratante sólo pueden someterse a imposición en ese Estado.
2. Sin embargo, tales pensiones, anualidades y otras remuneraciones similares pueden también someterse a imposición en el otro Estado Contratante si el pago correspondiente es efectuado por un residente de ese otro Estado o por un establecimiento permanente situado en él.
3. No obstante las disposiciones de los párrafos 1 y 2, las pensiones y otros pagos efectuados en virtud de un programa oficial de pensiones que sea parte del sistema de seguridad social de un Estado Contratante o de una de sus subdivisiones políticas sólo pueden someterse a imposición en ese Estado.
4. En el presente Artículo:
  - a) la expresión "pensiones" designa pagos periódicos efectuados después de la jubilación, en consideración a un empleo anterior o a título de compensación por daños sufridos como consecuencia de dicho empleo;
  - b) el término "anualidad" designa una suma determinada, pagada periódicamente en plazos determinados, sea con carácter vitalicio, sea por períodos de tiempo determinados o determinables, en virtud de una obligación de efectuar los pagos como retribución de un pleno y adecuado contravalor en dinero o valorable en dinero (que no sea por servicios prestados).

### **Artículo 19** **FUNCIONES PÚBLICAS**

1. Las remuneraciones, excluidas las pensiones, pagadas por un Estado Contratante o por una de sus subdivisiones políticas a una persona física o natural por razón de servicios prestados a ese Estado o a esa subdivisión política, sólo pueden someterse a imposición en ese otro Estado. Sin embargo, dichas remuneraciones sólo pueden someterse a imposición en el otro Estado Contratante si los servicios se prestan en ese otro Estado Contratante y la persona física beneficiaria es un residente de ese Estado Contratante que:
  - a) posea la nacionalidad de ese Estado; o
  - b) no haya adquirido la condición de residente de ese Estado solamente para prestar los servicios.
2. Las pensiones pagadas por un Estado Contratante o por una de sus subdivisiones políticas, directamente o con cargo a fondos por ellos constituidos, a una persona física beneficiaria por razón de servicios prestados a ese Estado Contratante o a esa subdivisión política, sólo pueden someterse a imposición en ese Estado. Sin embargo, dichas pensiones sólo pueden someterse a imposición en el otro Estado Contratante, si la persona física es residente y nacional de ese otro Estado Contratante.
3. Lo dispuesto en los Artículos 15, 16, 17 y 18 se aplica a las remuneraciones y a las pensiones, pagadas por razón de servicios prestados en el marco de una actividad empresarial realizada por un Estado Contratante o por una de sus subdivisiones políticas.

### **Artículo 20** **PROFESORES E INVESTIGADORES**

Una persona física o natural que es, o fue, en un período inmediatamente anterior a su visita a un Estado Contratante, un residente del otro Estado Contratante, y que, por invitación del Gobierno del primer Estado mencionado, o de una universidad o establecimiento de enseñanza superior, escuela, museo u otra institución cultural del primer Estado Contratante, o que, cumpliendo un programa oficial de intercambio cultural, permanece en ese Estado por un período que no exceda de dos años consecutivos con el único fin de enseñar, pronunciar conferencias o realizar investigaciones en dichas Instituciones, estará exenta de imposición en ese Estado con relación a las remuneraciones que perciba como consecuencia de tales actividades, en tanto que el pago por dichas actividades provengan del exterior de ese Estado.

### **Artículo 21** **ESTUDIANTES Y APRENDICES**

1. Las cantidades que reciba para cubrir sus gastos de mantenimiento, estudios o formación práctica un estudiante o una persona en prácticas que sea, o haya sido, en el período inmediatamente anterior a su visita a un Estado Contratante,

residente del otro Estado Contratante y que permanezca en el primer Estado Contratante mencionado con el único fin de proseguir sus estudios o formación práctica, no pueden someterse a imposición en ese Estado, siempre que esos pagos procedan de fuentes situadas fuera de ese Estado.

2. En relación a las subvenciones, becas de estudio y remuneraciones por empleos no alcanzadas por el párrafo 1, los estudiantes o personas en prácticas de que trata dicho párrafo, durante el período de esos estudios o de esa formación, tendrán además, el derecho a beneficiarse de las mismas exenciones, rebajas o deducciones en relación a los impuestos, que se concedan a los residentes del Estado que esté visitando.

## **Artículo 22**

### **OTROS RENDIMIENTOS**

Los rendimientos de un residente de un Estado Contratante procedentes del otro Estado Contratante y no mencionados en los Artículos anteriores del presente Título, pueden someterse a imposición en ese otro Estado.

## **CAPITULO IV**

### **METODOS PARA ELIMINAR LA DOBLE IMPOSICION**

## **Artículo 23**

### **METODO DE CREDITO**

1. Cuando un residente de un Estado Contratante obtenga rentas que de acuerdo con las disposiciones del presente Título pueden someterse a imposición en el otro Estado Contratante, el Estado mencionado en primer lugar deducirá del impuesto sobre las rentas de dicho residente un importe igual al impuesto sobre la renta pagado en el otro Estado.

Sin embargo, dicha deducción no podrá exceder de la parte del impuesto sobre la renta, calculado antes de la deducción, correspondiente, según el caso, a las rentas que pueden someterse a imposición en ese otro Estado obtenidas en el Estado Contratante de que es residente o beneficiario.

2. Para los fines del párrafo 1 del presente Artículo, y observadas las condiciones y las restricciones, de naturaleza sectorial inclusive, establecidas en la legislación brasileña específica, así como los límites relativos al crédito del impuesto pagado en el exterior, el Brasil admitirá la deducción de cualquier impuesto que sea debido en relación a las ganancias y dividendos pagados por el establecimiento permanente o sociedad residente en el Paraguay a la sociedad residente en el Brasil y que podrían ser tributados en el Paraguay en virtud del presente Título y de las disposiciones generales de la legislación paraguaya, cuando tales rendimientos estuvieran temporalmente exentos de impuesto en razón de las disposiciones legales especiales destinadas a favorecer las inversiones necesarias al desarrollo de la economía paraguaya.

## **CAPITULO V DISPOSICIONES ESPECIALES**

### **Artículo 24 NO DISCRIMINACION**

1. Los nacionales de un Estado Contratante no serán sometidos en el otro Estado Contratante a ninguna imposición u obligación relativa al mismo que no se exijan o que sean más gravosas que aquellas a las que estén o puedan estar sometidos los nacionales de ese otro Estado que se encuentren en las mismas condiciones.
2. Los establecimientos permanentes que una empresa de un Estado Contratante tenga en el otro Estado Contratante no serán sometidos a imposición en ese otro Estado de manera menos favorable que las empresas de ese otro Estado que realicen las mismas actividades. Esta disposición no podrá interpretarse en el sentido de obligar a un Estado Contratante a conceder a los residentes del otro Estado Contratante las deducciones personales, exenciones y rebajas impositivas que, a efectos fiscales, conceda a sus propios residentes en consideración a su estado civil o cargas familiares.
3. Las empresas de un Estado Contratante cuyo capital esté, total o parcialmente, directa o indirectamente, detentado o controlado por uno o más residentes del otro Estado Contratante, no se someterán en el Estado mencionado en primer lugar, a ninguna imposición u obligación relativa al mismo que no se exijan o que sean más gravosas que aquellos a los que estén o puedan estar sometidas otras empresas similares del Estado mencionado en primer lugar, cuyo capital pertenezca o esté, total o parcialmente, directa o indirectamente, detentado o controlado por uno o más residentes de un Estado no Contratante.
4. Las disposiciones del presente Artículo serán aplicables solamente a los impuestos referidos en el Artículo 2 del presente Convenio.
5. Nada de lo dispuesto en el presente Artículo será interpretado en el sentido de impedir a uno de los Estados Contratantes a aplicar un impuesto como el descrito en el párrafo 6 del Artículo 10.

### **Artículo 25 PROCEDIMIENTO AMISTOSO**

1. Cuando un residente de un Estado Contratante considere que las medidas adoptadas por cualquiera de los Estados Contratantes impliquen para el residente una imposición que no este conforme con las disposiciones del presente Título, con independencia de los recursos previstos por el derecho interno de esos Estados, podrá someter su caso a la consideración de la autoridad competente del Estado Contratante del que sea residente.
2. La autoridad competente, si la reclamación le parece fundada y si no puede por si misma encontrar una solución satisfactoria, hará lo posible por resolver la cuestión mediante un acuerdo amistoso con la autoridad competente del otro Estado Contratante, a fin de evitar una imposición que no se ajuste a este Título.

3. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes harán lo posible por resolver las dificultades o las dudas que plantee la interpretación o aplicación del presente Título mediante un acuerdo amistoso.
4. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes podrán comunicarse directamente a fin de llegar a un acuerdo en los términos indicados en los párrafos anteriores.

#### **Artículo 26**

#### **INTERCAMBIO DE INFORMACION Y ASISTENCIA MUTUA**

1. Las autoridades competentes de los Estados Contratantes intercambiarán las informaciones necesarias para aplicar las disposiciones del presente Título, o las del derecho interno de los Estados Contratantes relativas a los impuestos comprendidos en el Artículo 2 de este Convenio, en la medida en que la imposición prevista en dichas disposiciones no sea contraria a las del presente Título, así como para aplicar la legislación relativa a los demás impuestos establecidos por los Estados Contratantes. El intercambio de información no estará limitado por el Artículo 1 (Ambito General/personas comprendidas por el Convenio). Las informaciones recibidas por un Estado Contratante serán mantenidas secretas en igual forma que las informaciones obtenidas en base al derecho interno de ese Estado, y sólo se comunicarán a las personas o autoridades (incluidos los órganos y los tribunales administrativos y/o judiciales) encargadas de la administración o recaudación de los impuestos comprendidos en el presente Título, de los procedimientos declarativos o ejecutivos relativos a dichos impuestos o de la resolución de los recursos relativos a la determinación, al cobro de dichos impuestos o relativos a infracciones o a delitos tributarios. Dichas personas o autoridades sólo utilizarán estas informaciones para esos fines.
2. Las disposiciones del párrafo 1 no podrán interpretarse en el sentido de obligar a un Estado Contratante a:
  - a) adoptar medidas administrativas contrarias a su legislación o práctica administrativa, o a las del otro Estado Contratante;
  - b) suministrar información que no se pueda obtener sobre la base de su propia legislación o en el ejercicio de su práctica administrativa normal, o de las del otro Estado Contratante;
  - c) suministrar información que revele secretos o procedimientos comerciales, industriales o profesionales, o cuya comunicación sea contraria al orden público.
2. No obstante lo dispuesto en el párrafo 2 del presente Artículo, la autoridad competente del Estado Contratante requerido deberá, observadas las limitaciones constitucionales y legales y la reciprocidad de tratamiento, obtener y proveer informaciones que posean las instituciones financieras, mandatarios o personas que actúan como representantes, agentes o fiduciarios. Respecto a participaciones sociales o a participaciones en sociedades de capital, la autoridad competente deberá obtener y proveer informaciones inclusive sobre acciones al portador. Si la información es solicitada por un Estado Contratante en los términos de este artículo, el otro Estado Contratante obtendrá esa información de la misma manera y con la misma amplitud como si el impuesto del primer Estado mencionado fuera el impuesto de ese otro Estado y como si estuviese siendo exigido por ese otro Estado, no obstante no tener el otro Estado, en cualquier momento, necesidad de esas

informaciones para los fines de su propio impuesto. Si es específicamente requerida por la autoridad competente de un Estado Contratante, la autoridad competente del otro Estado Contratante proporcionará la información en los términos de este Artículo en la forma de declaraciones de testigos y de copias autenticadas de documentos originales inéditos (incluidos libros, informes, declaraciones, registros contables y anotaciones) con la misma amplitud con que esas declaraciones y documentos pueden ser obtenidos en los términos establecidos por las leyes y las prácticas administrativas de ese otro Estado.

4. Sin necesidad de solicitud previa, la autoridad competente de cada Estado Contratante proporcionará anualmente las informaciones disponibles a la autoridad competente de otro Estado Contratante:
  - a) respecto de los beneficios obtenidos en su territorio por personas jurídicas o establecimientos permanentes de ese Estado al Estado Contratante donde esté domiciliada la casa matriz o la persona jurídica vinculada;
  - b) respecto a los beneficios declarados por personas jurídicas domiciliadas en el primer Estado relativa a operaciones desarrolladas en el otro Estado por personas jurídicas vinculadas o establecimientos permanentes.
  - c) respecto de cualquier otro tipo de información que acuerden intercambiar.
5. La autoridad competente del Estado Contratante requerido podrá autorizar a los representantes del Estado requirente a tener acceso al primer Estado mencionado, a los efectos de presenciar, en la calidad de observadores, los interrogatorios de personas y el exámen de libros y registros que sean realizados por el Estado requerido.
6. No obstante lo dispuesto en el párrafo 5 del presente Artículo, en el caso del párrafo 2 del Artículo 23 la autoridad competente del Estado Contratante requerido autorizará a los representantes del Estado requirente a tener acceso al primer Estado mencionado, a los efectos de presenciar, en la calidad de observadores, los interrogatorios de personas y el exámen de libros y registros que sean realizados por el Estado requerido.
7. La autoridad competente del Estado Contratante requerido podrá autorizar, con el consentimiento de las personas sometidas a las acciones de fiscalización, a los representantes del Estado Contratante requirente a tener acceso al Estado requerido para interrogar personas y examinar libros y registros.
8. No obstante lo dispuesto en el párrafo 7 del presente Artículo, en el caso del párrafo 2 del Artículo 23 la autoridad competente del Estado contratante requerido autorizará, prescindiendo del consentimiento de las personas sometidas a las acciones de fiscalización, a los representantes del Estado Contratante requirente a tener acceso al Estado requerido para interrogar personas y examinar libros y registros en forma conjunta con los representantes de este último Estado.
9. Los Estados Contratantes se consultaran a fin de determinar los casos y procedimientos para la fiscalización simultánea de impuestos. Se entiende por fiscalización simultánea, para los efectos de este Convenio, un acuerdo entre los dos Estados Contratantes para fiscalizar simultáneamente, cada uno en su territorio, la situación tributaria de una persona o personas que posean intereses comunes o vinculados, a fin de intercambiar las informaciones relevantes que obtengan.
10. Los Gobiernos de los Estados Contratantes se comprometen, en la forma que lo dispongan los Protocolos específicos, a prestar entre sí toda la

cooperación técnica necesaria para el constante perfeccionamiento de la administración tributaria.

11. Los gastos derivados de la aplicación de las disposiciones de este Artículo serán soportados por el Estado Contratante requerido. Sin embargo, los gastos por la participación de expertos, testigos, interpretes y traductores serán pagados por el Estado requirente, previo acuerdo sobre el importe.

#### **Artículo 27**

#### **MIEMBROS DE MISIONES DIPLOMATICAS Y DE OFICINAS CONSULARES**

Las disposiciones del presente Título no afectarán los privilegios fiscales de que disfrutan miembros de misiones diplomáticas o de oficinas consulares, de conformidad con los principios generales del Derecho Internacional o en virtud de disposiciones de acuerdos especiales.

### **TITULO II**

#### **DE LAS DISPOSICIONES SOBRE DEPOSITOS FRANCO**

#### **Artículo 28**

Los Estados Contratantes se comprometen, recíprocamente, a concederse el régimen aduanero de Depósito Franco en sus respectivos territorios.

#### **Artículo 29**

1. Depósito Franco es el régimen aduanero destinado a la recepción, almacenamiento, distribución y expedición de las mercaderías provenientes u originarias de los territorios de los Estados Contratantes o destinadas a los mismos, sean originarias o provenientes de terceros países, las que para los efectos aduaneros serán consideradas en régimen suspensivo de impuestos.

2. Las mercaderías sometidas y las operaciones realizadas bajo el régimen de Depósito Franco estarán exentas del pago de tributos, con excepción de las tasas por servicios prestados. La exención prevista en el presente párrafo se aplicará asimismo al Adicional sobre el Flete para la Renovación de la Marina Mercante, con expresa remisión de créditos tributarios, constituidos o no relativos al mencionado tributo.

#### **Artículo 30**

El régimen aduanero de Depósito Franco podrá ser operado en cualquier recinto, propio o no, de zona secundaria aduanera o de zona primaria aduanera, de cualquier puerto o aeropuerto del territorio de los Estados Contratantes. La concesión del régimen y su operación en determinado recinto será realizada por acto de la autoridad aduanera competente del Estado otorgante y comunicada al Estado otorgado por vía diplomática.

### **Artículo 31**

1. Serán admitidas en el régimen aduanero de Depósito Franco las mercaderías de exportación y las mercaderías importadas que se destinen al abastecimiento interno y a la comercialización, así como las materias primas y otros insumos destinados a la industrialización, al procesamiento o al empleo en actividades agrícolas y pecuarias del Estado beneficiario del referido régimen aduanero.

2. Cuando se trate de mercaderías que no sean destinadas a la industrialización, al procesamiento o al empleo en actividades agrícolas o pecuarias, el Estado otorgante del régimen aduanero de Depósito Franco, de común acuerdo con el Estado otorgado y después de consultas previas bilaterales que no excederán el plazo de treinta días, establecerá restricciones con relación a determinadas mercaderías para su admisión en el referido régimen aduanero y/o la concesión del régimen de tránsito aduanero.

3. No serán admitidas en régimen aduanero de Depósito Franco, ni serán objeto de concesión del régimen de tránsito aduanero, las mercaderías falsificadas, consideradas como tales por la legislación nacional o comunitaria vigente en el territorio de los Estados Contratantes.

4. Tampoco serán admitidas en régimen aduanero de Depósito Franco, ni serán objeto de concesión del régimen de tránsito aduanero:

- a) los explosivos y los inflamables;
- b) las mercaderías clasificadas en las posiciones 22.03 a 22.08 y en los Capítulos 24 y 93 de la nomenclatura Común del Mercosur;
- c) las mercaderías cuya importación se encuentre prohibida o suspendida en el Estado importador;
- d) las mercaderías que, por solicitud de las autoridades aduaneras del Estado importador, no deban ser objeto de concesión de los referidos regímenes;
- e) las cargas con falsa declaración de contenido; y
- f) las mercaderías atentatorias contra el orden y la salud públicos y las buenas costumbres.

5. A los efectos de este artículo y de sus párrafos, las autoridades aduaneras del Estado concedente de los regímenes aduaneros de Depósito Franco y/o tránsito aduanero podrán someter las respectivas cargas, objeto de importación o de exportación, a verificación física para comprobación del contenido declarado, según criterios de selectividad y análisis de riesgo. En caso de falsa declaración de contenido o de inadmisibilidad en los referidos regímenes aduaneros, las mercaderías serán obligatoriamente reembarcadas al país de procedencia.

6. Los importadores, los exportadores, los transportistas, los agentes de transporte y los agentes de transporte multimodal considerados como no idóneos, de conformidad con el procedimiento administrativo regular, por la autoridad aduanera de cualquiera de los Estados Contratantes, no podrán utilizar los regímenes

aduaneros de Depósito Franco y de tránsito aduanero previstos en el presente Convenio.

### **Artículo 32**

Los Gobiernos de los Estados Contratantes, a través de sus autoridades portuarias, aeroportuarias u otras competentes, podrán mantener en los recintos donde se opere bajo el régimen aduanero de Depósito Franco, uno o más delegados, los cuales representarán a los propietarios de las mercaderías allí recibidas y almacenadas en sus relaciones con las autoridades aduaneras del Estado concedente del régimen, con la administración del puerto o aeropuerto, con los depositarios, con los transportadores o con el comercio en general para la subdivisión, reacondicionamiento, embarque, expedición o venta al mercado interno y a terceros países, de las mercaderías sometidas al régimen aduanero de Depósito Franco.

### **Artículo 33**

1. El transporte de mercaderías sometidas al régimen de Depósito Franco será realizado a través del régimen de tránsito aduanero.
2. A los efectos de concesión del régimen de tránsito aduanero y para resguardar los intereses fiscales, las mercaderías importadas o exportadas por cualquiera de los Estados Contratantes podrán ser objeto de verificación en cuanto a la declaración de valor por la autoridad aduanera del Estado concedente del referido régimen.

### **Artículo 34**

La fiscalización y el control de las mercaderías sometidas a los regímenes especiales de Depósito Franco y de tránsito aduanero quedarán a cargo de las autoridades aduaneras de los respectivos Estados Contratantes.

### **Artículo 35**

La responsabilidad por los tributos suspendidos relativos a las mercaderías sometidas al régimen aduanero de Depósito Franco queda atribuida a los depositarios y, en caso de tránsito aduanero, a los transportistas, de conformidad con la legislación comunitaria y nacional de los Estados Contratantes.

### **Artículo 36**

Los Gobiernos de los Estados Contratantes reglamentarán la utilización del régimen aduanero de Depósito Franco y el tránsito en sus respectivos territorios, de modo a resguardar las necesarias medidas fiscales y atender las disposiciones legales que regulan el intercambio comercial con el exterior. Igualmente reglamentarán la

operativa y las facilidades portuarias, inclusive con respecto a los Depósitos Francos mencionados en el artículo 37.

#### **Artículo 37**

Los Depósitos Francos concedidos recíprocamente por los Estados Contratantes en los puertos de Santos y Paranaguá en el Brasil y Concepción en el Paraguay pasan a regirse por las disposiciones del presente Convenio.

### **TITULO III**

#### **DE LAS DISPOSICIONES SOBRE LA PREVENCION Y REPRESION DEL CONTRABANDO Y LA FALSIFICACION DE PRODUCTOS DEL TABACO.**

#### **Artículo 38**

Las autoridades aduaneras y aquellas consideradas por los Estados Contratantes como competentes emprenderán acciones conjuntas de fiscalización y el intercambio de informaciones, tendientes a la prevención, investigación y represión del contrabando y de la falsificación de cigarrillos, sucedáneos del tabaco, materiales e insumos utilizados para su fabricación, en consonancia con el artículo 11 del Convenio de Cooperación y Asistencia Recíproca entre las Administraciones de Aduanas del Mercosur relativo a la Prevención y Lucha contra Ilícitos Aduaneros, aprobado por la Decisión N° 1/97 del Consejo del Mercado Común.

#### **Artículo 39**

A requerimiento de cualquiera de los Estados Contratantes, las autoridades del Estado requirente estarán autorizadas a realizar acciones de fiscalización consideradas necesarias para la prevención, investigación y represión de los ilícitos mencionados en el artículo anterior, y a investigar eventuales repercusiones de estas actividades ilícitas en la economía y en la recaudación de tributos de cualquier de los Estados Contratantes.

#### **Artículo 40**

Las acciones de fiscalización previstas en los artículos 38 y 39 serán realizadas conjuntamente con las autoridades competentes del Estado requerido y de conformidad con los procedimientos establecidos por éste y por su legislación.

#### **Artículo 41**

El Estado requerido proveerá a las autoridades del Estado requirente todas las garantías para la plena realización de sus trabajos, inclusive, si necesario fuere y

de conformidad con su legislación, el auxilio de fuerza policial, de modo a ofrecer la mayor seguridad posible a las autoridades de ambos Estados.

#### **TITULO IV DISPOSICIONES FINALES**

##### **Artículo 42 ENTRADA EN VIGOR**

1. El presente Convenio será ratificado y los instrumentos de ratificación intercambiados en Brasilia lo antes posible.
2. El presente Convenio entrará en vigor a partir del intercambio de los instrumentos de ratificación y sus disposiciones se aplicarán:
  - 1º) en lo que concierne a los impuestos retenidos en la fuente, a los rendimientos pagados, remitidos o acreditados en el o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en que el Convenio entre en vigor;
  - 2º) en lo que concierne a las otras modalidades de impuestos sobre la renta de que trata el presente Convenio, a los rendimientos producidos en el año fiscal que comience en el o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en el que el Convenio entre en vigor;
  - 3º) en lo que concierne a los demás impuestos referidos en el inciso "i" del párrafo 1 del Artículo 3 y en el párrafo 1 del Artículo 26 del presente Convenio, a los hechos imposables que ocurran en el o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en el que el Convenio entre en vigor.
  - 4º) en lo que concierne a los artículos 28 a 41, a partir de la fecha del intercambio de los instrumentos de ratificación.

##### **Artículo 43 TERMINACIÓN**

Cualquiera de los Estados Contratantes podrá denunciar este Convenio después de un período de cinco años a partir de la fecha de su entrada en vigor, mediante una formal notificación de denuncia por escrito entregada al otro Estado Contratante por vía diplomática, siempre que tal aviso sea efectuado hasta el día 30 de junio de cualquier año calendario. En este caso, el presente Convenio dejará de surtir efecto:

- 1º) en lo que concierne a los impuestos retenidos en la fuente, los rendimientos pagados, remitidos o acreditados en él o después del primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en que la denuncia haya tenido lugar;
- 2º) en lo que concierne a las otras modalidades de impuestos sobre la renta de que trata el presente Convenio, a los rendimientos producidos en el

primer día de enero del año calendario inmediatamente siguiente a aquel en que la denuncia haya tenido lugar.

4º) en lo que concierne a los artículos 28 a 41, un año después que el aviso de terminación haya ocurrido.

EN FE de lo cual, los suscritos, debidamente autorizados al efecto firman el presente Convenio Tributario-Aduanero.

HECHO en Brasilia a los 20 días del mes de septiembre de 2000, en dos originales en los idiomas español y portugués siendo ambos textos igualmente auténticos:



Por el Gobierno de la  
República Federativa del Brasil

Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das



Por el Gobierno de la  
República del Paraguay

Juan Esteban Aguirre Martinez  
Ministro das Relações Exteriores

## PROTOCOLO

En el momento de firmar el presente Convenio Tributario-Aduanero, los infrascritos, para esto debidamente autorizados, acordaron las siguientes disposiciones que constituyen parte integrante del Convenio.

### **1. Con referencia al Artículo 2, párrafo 1, "a"**

Está comprendida en los impuestos del artículo 2, párrafo 1, "a", la "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)" creada por la Ley nº 7.689, de 15 de diciembre de 1998.

### **2. Con referencia al Artículo 10, párrafos 2 y 6, al Artículo 11, párrafo 2, y al Artículo 12, párrafo 2**

Los beneficios del presente convenio establecidos en el Artículo 10, párrafos 2 y 6, en el artículo 11, párrafo 2, y en el Artículo 12, párrafo 2, no son aplicables si el titular de las rentas correspondientes a dichos artículos es residente de un Estado Contratante que no las someta a imposición o tenga una tasa máxima de imposición sobre la renta inferior a 20 (veinte) por ciento en virtud de su legislación interna.

### **3. Con referencia al Artículo 11, párrafos 3, "a", y 4**

Las disposiciones del párrafo 3, "a", del Artículo 11 se aplican solamente a los intereses percibidos por una institución (inclusive las de carácter financiero) de propiedad total del Gobierno de un Estado Contratante o de una de sus subdivisiones políticas en consecuencia del ejercicio de funciones de naturaleza pública y cuando la dicha institución sea la beneficiaria efectiva de los intereses.

Para los fines del párrafo 4 del Artículo 11, los intereses pagados como "remuneración sobre el capital propio" según la legislación fiscal brasileña también son considerados intereses.

### **4. Con referencia al Artículo 12, párrafo 3**

Las disposiciones del párrafo 3 del artículo 12 se aplican a las rentas procedentes de la prestación de servicios y de asistencia técnica.

**5. Con referencia al Artículo 23, párrafo 2**

La deducción de que trata el párrafo 2 del artículo 23 sólo será admitida en el Brasil cuando las ganancias por las cuales los beneficios o dividendos son pagados provengan directamente de actividades manufactureras (a excepción de la manufactura de cigarrillos y de bebidas en general, incluso sus concentrados) agrícolas, de forestación o pesqueras desde que dichas actividades ocurran en el Paraguay y se encuadren en las disposiciones de la legislación brasileña específica. Serán también exceptuados de la deducción supra todos los sectores correspondientes a aquellos que ya reciben ventajas fiscales en el Brasil. El dispuesto en el párrafo 2 del Artículo 23 será aplicable no más que en los primeros diez años contados a partir de la fecha en que las disposiciones del presente Convenio se apliquen.

**6. Con referencia al artículo 12 y al artículo 24**

- a) Las disposiciones de la legislación brasileña que no permiten que las regalías mencionadas en el párrafo 3 del Artículo 12, pagadas por un establecimiento permanente situado en Brasil a un residente de Paraguay que ejerce actividades empresariales en Brasil a través de ese establecimiento permanente, sean deducibles en el momento de la determinación de la renta imponible del referido establecimiento permanente, no son consideradas discriminatorias en los términos del Artículo 24 del presente convenio.
- b) Las disposiciones de la legislación brasileña que no permiten que las regalías mencionadas en el párrafo 3 del artículo 12, pagadas por una sociedad residente del Brasil a un residente del Paraguay que posea por lo menos el cincuenta por ciento del capital con derecho a voto de esa sociedad y derivadas de contratos firmados y anotados en el "Instituto Nacional de la Propiedad Industrial INPI" y registrados en el "Banco Central del Brasil" antes del primero de enero de 1992, sean deducibles a efectos de determinación de la renta imponible de la sociedad residente del Brasil, no son consideradas discriminatorias en los términos del Artículo 24 del presente Convenio.

**7. Con referencia al Artículo 26, párrafo 1, y al Artículo 3, párrafo 1, "i"**

En el caso del Brasil, el término "impuestos" se refiere solamente a los impuestos de potestad de la "Unión Federal".

**8. Con referencia al Artículo 26, párrafo 8**

Se dispensará la forma conjunta si los representantes del Estado requerido no sean designados en el plazo de 2 (dos) días hábiles contados a partir de la fecha de autorización de la fiscalización por la autoridad competente.

En fe de lo cual los Plenipotenciarios de los dos Estados Contratantes han firmado y sellado el presente Protocolo.

Hecho en Brasilia, a los 20 días del mes de septiembre de 2000, por duplicado en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.



Por el Gobierno de la República  
Federativa del Brasil  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das  
Relações Exteriores



Por el Gobierno de la  
República del Paraguay  
Juan Esteban Aguirre Martinez  
Ministro das Relações Exteriores